



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 13963.000490/2007-92
Recurso nº 13.963.000490200792 Voluntário
Acórdão nº 2803-003.098 – 3ª Turma Especial
Sessão de 20 de fevereiro de 2014
Matéria CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Recorrente AGROAVICOLA VENETO LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 17/09/1996 a 20/02/2006

PREVIDENCIÁRIO. CUSTEIO. NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO - NFLD. DECADÊNCIA PARCIAL. OCORRÊNCIA. NULIDADE DO LANÇAMENTO. AFERIÇÃO INDIRETA. POSSIBILIDADE. PREVISÃO LEGAL.

1. Reconhecida a decadência de parte do lançamento, efetuou-se a devida retificação, como se pode observar do Discriminativo Analítico de Débito Retificado - DADR (fls. 3.154).
2. O contribuinte aduz que a notificação fiscal é nula por desatender as normas que regem o lançamento.
3. De acordo com o Relatório Fiscal (fls. 19 a 24), a motivação para efetuar o lançamento por intermédio de aferição indireta se deu em virtude de o contribuinte ter recusado apresentar documentos solicitados pela fiscalização.
4. Com efeito, em razão da não apresentação dos documentos solicitados, à fiscalização é facultado o lançamento pela aferição indireta, consoante às disposições contidas no § 3º do art. 33 da Lei nº 8.212/91 c/c o art. 233 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99.

Recurso Voluntário Negado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

(Assinado digitalmente)
Helton Carlos Praia de Lima – Presidente

(Assinado digitalmente)
Amílcar Barca Teixeira Júnior – Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Helton Carlos Praia de Lima (Presidente), Oseas Coimbra Júnior, Eduardo de Oliveira, Amilcar Barca Teixeira Junior, Gustavo Vettorato e Natanael Vieira dos Santos.

Relatório

Trata-se de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD lavrada em desfavor do contribuinte acima identificado, relativamente às contribuições sociais previdenciárias de segurados empregados; contribuições sociais previdenciárias da empresa sobre a remuneração para aos segurados empregados; contribuições para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho – RAT; e contribuições para outras entidades e fundos (Salário-educação, INCRA, SENAI, SESI e SEBRAE).

O Contribuinte devidamente notificado apresentou defesa tempestiva.

A impugnação foi julgada em 03 de abril de 2009 e ementada nos seguintes termos:

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

Período de apuração: 17/09/1996 a 20/02/2006

DECADÊNCIA. SÚMULA VINCULANTE Nº 08. REVISÃO DO LANÇAMENTO.

A decadência das contribuições sociais previdenciárias é regida pelas disposições contidas no Código Tributário Nacional, conforme determinado pela Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal nº 08, publicada no DOU de 20/06/2008.

ARBITRAMENTO. HIPÓTESE PREVISTA EM LEI.

Ocorrendo recusa ou sonegação de qualquer documento ou informação, ou sua apresentação deficiente, a autoridade fiscal pode, sem prejuízo da penalidade cabível, lançar de ofício a importância devida, cabendo à empresa o ônus da prova em contrário.

AFERIÇÃO INDIRETA. UTILIZAÇÃO DO CUB. LEGALIDADE.

A utilização do CUB na aferição indireta das bases de cálculo de contribuições devidas relativas a obras de construção civil, encontra-se expressamente autorizada pelo artigo 33, § 4º, da Lei nº 8.212/1991 combinado com o artigo 435, caput, da Instrução Normativa MPS/SRP nº 03/2005.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Período de apuração: 17/09/1996 a 20/02/2006

ARBITRAMENTO. PROCESSO REGULAR. ARTIGO 148 DO CTN.

O processo regular a que se refere o artigo 148 do CTN não é processo isolado de arbitramento, figura inexistente no Direito Tributário brasileiro, e sim o próprio processo de lançamento (por arbitramento), que possibilita o exercício

da ampla defesa e do contraditório em sua fase contenciosa.

PERÍCIA PRESCINDÍVEL. INDEFERIMENTO.

O pedido de perícia prescindível deve ser indeferido por força do disposto no artigo 18 do Decreto nº 70.235/1972.

Lançamento Procedente em Parte

Inconformado com resultado do julgamento da primeira instância administrativa, o Contribuinte apresentou recurso tempestivo, onde alega, em síntese, o seguinte:

- A notificação fiscal é nula por desatender as normas que regem o lançamento.
- É descabida a desclassificação da escrituração contábil da empresa em face da identificação dos fatos geradores e das respectivas bases de cálculos das contribuições pelos auditores fiscais.
- Houve desatenção aos pressupostos do lançamento por arbitramento.
- O voto teve como fundamentação fática os fatos já alcançados pela decadência, para fins de justificar a constituição do crédito tributário de ofício pelo arbitramento.
- Houve desatendimento ao artigo 148 do CTN – aferição indireta para determinar o valor da contribuição.
- Como pode ser observado pelo relatório fiscal, em nenhum momento as autoridades fiscais desconsideraram a contabilidade, solicitaram as documentações contábeis e muito menos consideraram imprestáveis os documentos apresentados pela impugnante, ou seja, em nenhum momento os documentos apresentados continham informações diversa da realidade, conforme dispõe o § 10 do artigo 587 da IN 03/2005 (doc. 19,20 e 21).
- Ante o exposto requer: a) seja anulado o presente crédito tributário por utilizar-se de fatos já alcançados pela decadência como pressupostos para o arbitramento; b) caso superado o pedido acima, seja cancelado o presente crédito tributário por não atender os pressupostos previstos na lei para arbitramento e; c) caso superado o pedido acima, seja cancelado o presente pela impossibilidade de se efetuar aferição indireta pelo CUB e, pelas razões de que a contabilidade espelha a realidade dos fatos, não podendo ser desconsiderada como pretende a autoridade fiscal.

Não apresentadas as contrarrazões.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Amílcar Barca Teixeira Júnior, Relator.

O recurso voluntário é tempestivo, e considerando o preenchimento dos demais requisitos de sua admissibilidade, merece ser apreciado.

Em seu recurso o contribuinte alega que o voto teve como fundamentação fática os fatos já alcançados pela decadência, para justificar a constituição do crédito tributário de ofício pelo arbitramento.

No que diz respeito à questão do prazo decadencial alegado, há que se destacar que houve reconhecimento da ocorrência da decadência para as obras com as seguintes matrículas CEI: 20.114.01344/77 (término da obra em 09/07/1977 – fls. 75 a 78) e 20.114.01360/72 (término da obra em 30/05/2000 – fls. 262 a 265).

Contudo, para a obra com a matrícula CEI nº 36.430.02496/75 (início da obra em 29/10/2004 – fls. 311/312), a decadência não se operou, tendo em vista que o contribuinte tomou ciência do lançamento em 11/05/2006 (fls. 319).

Portanto, reconhecida a decadência de parte do lançamento, efetuou-se a devida retificação, como se pode observar do Discriminativo Analítico de Débito Retificado – DADR (fls. 3.154).

Na sequencia da sua defesa, o contribuinte aduz que a notificação fiscal é nula por desatender as normas que regem o lançamento.

De acordo com o Relatório Fiscal (fls. 19 a 24), a motivação para efetuar o lançamento por intermédio de aferição indireta se deu em virtude de o contribuinte ter recusado apresentar documentos solicitados pela fiscalização.

Com efeito, em razão da não apresentação dos documentos solicitados, à fiscalização é facultado o lançamento pela aferição indireta, consoante às disposições contidas no § 3º do art. 33 da Lei nº 8.212/91 c/c o art. 233 do Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99.

No ponto, sem razão a recorrente. O lançamento por arbitramento atendeu às exigências da legislação de regência, estando, portanto, em perfeita ordem.

De outro lado, é perceptível que não houve, por parte da fiscalização, qualquer desatendimento ao art. 148 do CTN. De igual modo, a utilização do CUB na aferição indireta é uma previsão expressa na legislação, conforme disposição contida no § 1º do art. 435 da IN MPS/SRP nº 03/2005, vigente à época do lançamento.

Destarte, não há que se falar em nulidade em desatenção aos pressupostos do lançamento por arbitramento.

O trabalho da fiscalização, bem como o do julgador *a quo*, atendeu às exigências prescritas na legislação que rege a matéria, nomeadamente o art. 142 do CTN. Assim sendo, o lançamento deve ser mantido, observado o montante retificado pelo DADR de fl. 3.154, consolidado em 03/05/2006.

CONCLUSÃO.

Pelo exposto, voto por CONHECER do recurso para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

É como voto.

(Assinado digitalmente)
Amílcar Barca Teixeira Júnior – Relator.